

**CONFLITOS AGRÁRIOS E O ESTUDO DE
ASSENTAMENTOS RURAIS NA MESORREGIÃO
NORTE DE MINAS**

**AGRARIAN CONFLICTS AND THE STUDY OF RURAL
SETTLEMENTS IN THE NORTHERN MESOREGION OF
MINAS**

**LOS CONFLICTOS AGRARIOS Y EL ESTUDIO DE
ASENTAMIENTOS RURALES EN LA MESOREGIÓN
NORTE DE MINAS**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2021.i1.p.247-261

Ana Cláudia Soares da Silva

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

E-mail: anaclaudia.univ@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-2139-1392>

Ana Ivania Alves Fonseca

Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros
(UNIMONTES)

E-mail: anaivania@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7873-750X>

RESUMO:

A reforma agrária e os diferentes mecanismos de acesso à terra na abordagem deste estudo, busca discutir os conflitos agrários e os assentamentos na Mesorregião Norte de Minas. A luta pela terra e os mais dinâmicos desdobramentos no campo brasileiro ainda prosseguem marcados por inúmeros conflitos, elementos que mobilizaram a inexistência da reforma agrária, e políticas destinadas ao desenvolvimento dos assentamentos rurais. O caminho metodológico constituiu em levantamento bibliográfico para fundamentação da parte teórica, e como recurso utilizou-se mapa dos assentamentos na Mesorregião Norte de Minas, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, através do georreferenciamento do acervo fundiário i3geo. A mudança da estrutura fundiária vigente requer uma reorganização na política de reforma agrária, com medidas específicas de apoio aos assentamentos, através da promoção de políticas públicas com a implantação de infraestrutura produtiva e social.

Palavras-chave: Luta pela Terra; Reforma Agrária; Assentamentos Rurais.

ABSTRACT:

The agrarian reform and the different mechanisms of access to land in the approach of this study, seeks to discuss the agrarian conflicts and the settlements in the Mesoregion Norte de Minas. The struggle for land and the most dynamic developments in the Brazilian countryside are still marked by countless conflicts, elements that mobilized the inexistence of agrarian reform, and policies aimed at the development of rural settlements. The methodological path consisted of a bibliographic survey to support the theoretical part, and as a resource a map of settlements in the Mesoregion North of Minas was used, made available by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform-INCRA, through the georeferencing of the i3geo land collection. Changing the existing agrarian structure requires a reorganization of the agrarian reform policy, with specific measures to support settlements, through the promotion of public policies, with the implementation of productive and social infrastructure.

Keywords: Struggle for Land; Land Reform; Rural Settlements.

RESUMEN:

La reforma agraria y los diferentes mecanismos de acceso a la tierra en el enfoque de este estudio, busca discutir los conflictos agrarios y los asentamientos en la Mesoregión Norte de Minas. La lucha por la tierra y los desarrollos más dinámicos del campo brasileño siguen marcados por innumerables conflictos, elementos que movilizaron la inexistencia de la reforma agraria y políticas orientadas al desarrollo de los asentamientos rurales. El recorrido metodológico consistió en un levantamiento bibliográfico para sustentar la parte teórica,



y como recurso se utilizó un mapa de asentamientos en la Mesorregión Norte de Minas, proporcionado por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria-INCRA, a través de la georreferenciación del i3geo. Cambiar la estructura agraria existente requiere una reorganización de la política de reforma agraria, con medidas específicas de apoyo a los asentamientos, a través de la promoción de políticas públicas, con la implementación de infraestructura productiva y social.

Palabras clave: Lucha por la Tierra; Reforma Agraria; Asentamientos Rurales.

1 INTRODUÇÃO

A origem da problemática fundiária brasileira é resultado da forma de colonização e exploração do território. A concentração de terras repercutiu na produção de um espaço desigual, o que representou a base necessária para políticas sociais. As sesmarias estão na origem da maioria dos latifúndios do país, fruto da herança do período colonial (OLIVEIRA, 2013). Diante disso, um dos grandes entraves do desenvolvimento do país é representado pela estrutura fundiária, marcada pela desigualdade de acesso à terra, que domina o espaço rural brasileiro (ANDRADE, 1987). As profundas mudanças ocorridas no espaço agrário são incorporadas pelas frequentes lutas pela reforma agrária, que ganharam destaque somente a partir da abrangência das Ligas Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST.

A forma de ocupação do país foi fortemente baseada na produção de monoculturas, latifúndios, mercado exportador e mão de obra escrava constituído pelo sistema denominado *plantation* (MORISSAWA, 2001). O traço marcante da estrutura fundiária foi de caráter aristocrático com extensa concentração de terras.

A Lei de 1850 tornou a terra propriedade privada aos fazendeiros, coronéis, políticos e grupos restritos, o que firmou uma grande exclusão social para o país. Esse fato é indicativo da grande incoerência no ideário político dos que lutam pela reforma agrária, como também daqueles que migraram do campo para a cidade em busca de melhorias (MARTINS, 2003). Teoricamente, a Lei de Terras não rompeu com o sistema de sesmarias, pois seus efeitos contribuíram para consolidação e expansão dos latifúndios (CHIAVENATO, 1996). O modelo da estrutura fundiária implantado no país ocasionou em consequências negativas para o meio ambiente e também nas questões socioculturais.

A reforma agrária, para os assentados, é uma estratégia que rompe com o monopólio da terra e permite a geração de trabalho e aumento da produtividade no campo. O interesse do latifundiário é incidir o domínio sobre a terra não agriculturável à espera da valorização imobiliária, até que o governo repasse os recursos financeiros aos pequenos trabalhadores rurais (SILVA, 1980).

Diante desse contexto, a reforma agrária brasileira representa um conjunto de medidas que se destina à melhoria nas condições do homem no campo e o acesso à terra para os trabalhadores



rurais. A ideia de tornar produtivas as terras ociosas têm como proposta aumentar a economia interna do país, a partir da produção da agricultura familiar (MORISSAWA, 2001). Deste modo, a luta pelos assentamentos rurais representa uma manifestação pela implantação de políticas sociais para reforma agrária no país. Na verdade, o conceito de reforma agrária na atualidade deve levar em conta os diversos tipos de assentamentos e as distintas territorialidades.

A expansão dos complexos agroindustriais intensificou os conflitos pela terra. Essa dinâmica rural gerou grandes transformações na organização do espaço agrário e do mundo rural, pois de um lado, veem-se inúmeros latifúndios e monoculturas integradas com a mecanização agrícola, e de outro lado, os agricultores familiares: agregados, meeiros, rendeiros, parceiros e os pequenos proprietários, que demandam de políticas de incentivo ao trabalhador rural (FERNANDES, 2000).

O presente estudo tem como objetivo discutir sobre os conflitos agrários e os assentamentos na Mesorregião Norte de Minas. Para isso, buscou-se apresentar sobre a concentração fundiária brasileira, a questão agrária em Minas Gerais, bem como os assentamentos rurais e o contexto agrário no Norte de Minas.

Em termos metodológicos, além da revisão da literatura, o estudo evidencia o uso de mapa dos assentamentos da reforma agrária na Mesorregião Norte de Minas. Para sua confecção, buscou-se a base cartográfica do IBGE, além do shapefile dos assentamentos rurais disponibilizado pelo INCRA (acervo fundiário i3geo georreferenciamento). Feito isso, utilizou-se a ferramenta cartográfica do Sistema de Informação Geográfica (SIG) através do software *ArcGis 10.2.1*, licenciado pelo laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), que permitiu a análise, interpretação e identificação da área de estudo.

2 A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA E OS CONFLITOS DA LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA

A questão agrária brasileira é caracterizada pela extensa desigualdade na posse e uso da terra. Como já foi dito, esta problemática é resultado do modelo de ocupação colonial, definido pela exploração e poder dos grandes latifundiários.

Conforme ressalta Oliveira (2002), os conflitos sociais no Brasil são resultados da marca de desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Nesta concepção, com a chegada dos portugueses às terras brasileiras, os povos originários perderam sua soberania sobre seu território e iniciou-se o processo de grilagem (ASSELIN, 2009). Assim, Oliveira (2002, p.15) aponta que “a marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos



distintos e pelos territórios destruídos/construídos”. As relações de domínios reestruturam novas paisagens com a modificação dos ambientes naturais.

É formada no Brasil a figura dos posseiros, que são pequenos lavradores que arrendavam as terras dos sesmeiros, porém sem direito a ser dono do terreno (SILVA, 1971). Os posseiros desbravaram o sertão formando grupos de produção familiar. Em contradição, vieram os grileiros e expulsaram essas unidades familiares com títulos de propriedades fraudulentas, com a formação de imensas propriedades latifundiárias (BRASIL, 1999). Diante disso, Oliveira (2002, p. 63) destaca:

Esta frente de luta pela terra movida pelos posseiros é mais uma forma de luta contra a expropriação a que os lavradores do campo estão submetidos. A luta pela liberdade e pelo acesso à terra tem feito trabalhadores sem terra migrarem. A migração histórica em busca da terra livre tem feito dos trabalhadores/posseiros verdadeiros retirantes (OLIVEIRA, 2002, p. 63).

A estrutura que se formava refletia nas diferenças sociais abismais, cuja concentração fundiária fez alvorecer movimentos sociais e grandes conflitos pelo direito à terra. Assim, a ocupação do território por meio legal era vedada ao camponês, pois o único título jurídico reconhecido era o de sesmaria.

A formação da propriedade fundiária, reflexo das leis vigentes no período colonial, introduziu no país grandes desigualdades na distribuição de terras, posteriormente usadas sob a concepção mercadológica (FURTADO, 1989).

Sobre a função social, o Estatuto da Terra, no Art. 1º, § 1º, considera a reforma agrária como um conjunto de medidas que visa promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (BRASIL, 1964). Prado Jr. (2011) corrobora que a reforma agrária é o incremento da produtividade com propostas de melhorias para as condições de vida e desenvolvimento para a população rural.

Os conflitos agrários no país buscaram refletir sobre as desigualdades na distribuição fundiária, com a luta constante para formação dos assentamentos rurais, através dos conflitos no campo, levando em evidência a injustiça pelo acesso à terra e a criação de políticas públicas. Diante desse contexto, a reforma agrária representa um conjunto de regulamentos destinado à melhoria nas condições de trabalho do homem no campo e acesso à terra para os trabalhadores rurais. Esta política para os assentados é uma estratégia que rompe com o monopólio da terra e permite a geração de trabalho.



Em 1988, o termo função social da terra ganhou dimensão constitucional que, além desse princípio, trouxe valorização à democracia e direitos aos cidadãos brasileiros. A Constituição de 1988 prevê em seu Ar. 184:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

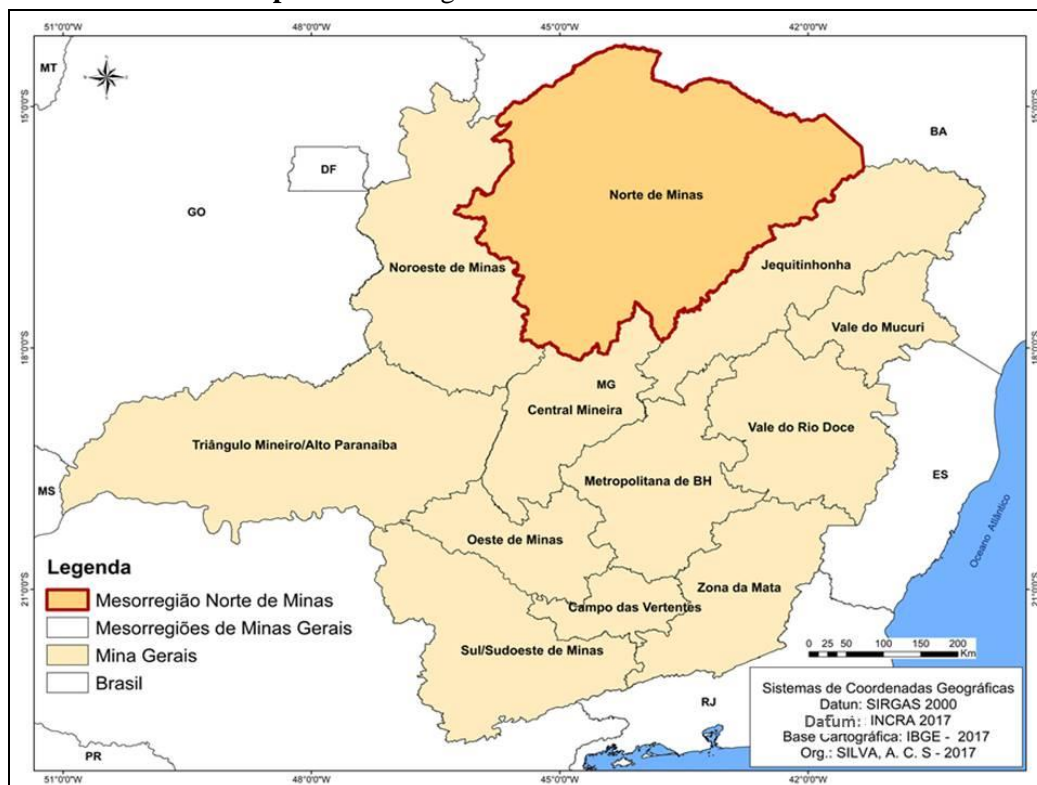
A função social da terra caracterizou o direito de propriedade a quem mais necessitava. Com a Revolução Verde (1966) intensificou-se no espaço agrário a dominação e expropriação das terras e conseqüentemente ampliaram-se os impactos sociais e ambientais. É válido ressaltar que houve a modernização na agricultura, entretanto, houve um crescente uso de intensivos agrícolas, ocasionando problemas ambientais, domínio de grandes propriedades de terras e expulsão das pequenas vilas e comunidades locais.

Com a inserção do processo de modernização da agricultura, duas visões distintas debatiam-se: a primeira defendia o aumento da produtividade através da reforma agrária, e a segunda, defendia a necessidade de adoção de pacotes tecnológicos, sem enfatizar a questão fundiária (ANDRADES e GANIMI, 2010). Assim, este modelo “consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial” (SILVA, 1996, p. 30).

Deste modo, os assentamentos rurais representam a principal manifestação das políticas de reforma agrária no país. Por isso, a reforma agrária na atualidade deve levar em conta os diversos tipos de assentamentos e as distintas territorialidades.

3 ASSENTAMENTOS RURAIS E O CONTEXTO AGRÁRIO NO NORTE DE MINAS

Em termos de caracterização, o estado de Minas Gerais está localizado na região sudeste do Brasil. A divisão geográfica do estado de Minas Gerais foi agrupada em doze Mesorregiões que, por sua vez, foram subdivididas em sessenta e seis microrregiões, totalizando 853 municípios (IBGE, 2010). O mapa 1 apresenta as Mesorregiões do Estado de Minas Gerais, com destaque para a região do Norte de Minas.

**Mapa 1:** Mesorregiões do estado de Minas Gerais.

Organização: Ana Cláudia Soares da Silva/2017.

A ocupação da região, que constitui o estado de Minas Gerais, foi caracterizada pela expedição dos bandeirantes que percorriam a procura de pedras preciosas e praticava a pecuária intensiva, com a exploração das grandes fazendas. A região Norte de Minas teve como principal móvel de ocupação a diretriz da coroa portuguesa de exploração para o interior do país. Vale destacar, a importância do rio São Francisco que, por ser perene e navegável, se constituiu em um eixo de penetração dos exploradores, desde o interior da Bahia e de Pernambuco até atingir o sertão norte-mineiro. Segundo Prado Júnior (1997):

A carne, elemento essencial da alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do São Francisco. Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiam mais a margem do rio, alcançando o território que hoje é mineiro, e penetrando até o rio das velhas (PRADO JR, 1997, p. 75).

Nesse sentido, a Mesorregião¹ Norte de Minas e a questão agrária é marcada pela concentração de terras, levando em evidência o quadro fundiário do país. A formação territorial de

¹ A mesorregião do Norte de Minas caracteriza-se por ser uma área de transição entre o cerrado e a caatinga; essa característica produz uma região com fatores singulares no tocante às questões fisiográficas, econômicas e sociais. Encontramos, nessa região, desde solos férteis e propícios à agricultura até solos extremamente inférteis que, para produzirem, precisam de um grande aparato de maquinários e de defensivos agrícolas. Um clima que permeia entre o subúmido e o semiárido; terras entre vales e terras nas encostas propícias ao plantio (FONSECA, 2003).



Minas Gerais configura-se por duas gêneses de ocupação, uma pela frente mineradora e a outra pela pecuária. As fazendas de criação de gado ocupavam vastas extensões de terras e os proprietários eram os grandes políticos que em posse das terras devolutas dominavam as terras da região. Nesse contexto, Carneiro (1999) salienta que:

A história da ocupação e formação do território mineiro se confunde com a história do ouro no Brasil, até o fim do século XVIII. As primeiras incursões ao interior do país por bandeirantes baianos, em meados do século XVI, ocorreram em faixas de terras que hoje fazem parte do território mineiro, [...] a ocupação efetiva das terras de Minas só se deu na segunda metade do século XVII e no decorrer do século XVIII, com a expansão dos currais de gado ao longo do Rio São Francisco, pelas correntes de povoamento vindas do norte, com descoberta do ouro e do diamante, pelos bandeirantes paulistas, vindo do sul, além de inúmeros aventureiros e desbravadores de vários pontos do país, que penetravam e conquistaram seus espaços em busca de riquezas (CARNEIRO, 1999, p. 31).

A ocupação do território mineiro foi baseada, entretanto, na exploração e concentração de terras. Moreira (2010, p. 18) ressalta que “agindo assim, obscureceram o fato de que Minas Gerais é fruto da conjugação entre a sociedade mineradora nas entranhas da Serra do Espinhaço e a sociedade pastoril disseminada pelas chapadas que se espalham pela bacia do rio São Francisco”.

A mineração se desenvolveu nas regiões de Grão Mogol, Itacambira, Jequitai e pequenos aglomerados no Vale do Rio Jequitinhonha; já a extensão de criação de gado estava presente nas grandes fazendas pelo território mineiro, logo, pode-se destacar também a prática da agricultura familiar entre os sitiantes, posseiros, parceiros, etc. As atividades econômicas do Norte de Minas eram conjugadas à mineração e exploração agropecuária pelos grandes fazendeiros (COSTA, 1997). Sobre a ocupação do território norte-mineiro, Costa (1997) e Carneiro (1999) salientam que os baianos e os paulistas foram capitaneados por Matias Cardoso e Fernão Dias Paes. O desbravamento na região demandava a busca de pedras preciosas, dizimação de indígenas, e a constituição de grandes fazendas dedicadas à criação de gado.

Conforme aponta Ribeiro (2000, p. 60), “o desenvolvimento do sertão mineiro foi marcado pela grande propriedade, obtidas pela doação de vastas sesmarias, ela contribuiu para configuração de uma estrutura fundiária concentrada na região”. Ressalta-se ainda que “a apropriação/conquista da região do Norte de Minas deve ser entendida como parte do processo de expansão do colonialismo mercantil português” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p.19).

Com a vigência do Estatuto da Terra, vários fazendeiros norte-mineiros caracterizavam os moradores ao entorno das grandes propriedades, caracterizado como parceiros na produção, o que estrategicamente facilitava a expulsão e domínio das terras. Essa má distribuição de terras, é um



fator de desigualdade social marcado pela ineficácia de medidas de regulamentação fundiária e política de reforma agrária (COSTA, 1997; DAYRELL, 2000).

Conforme, o Atlas Fundiário do INCRA, a desigualdade social é marcada pela extrema concentração de terras em poder de algumas famílias ou empresas. (...) Cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, tem mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis, que exercem a monocultura e dispõem-se dos lucros através da exploração intensiva da terra (VEZZALI, 2006).

As grandes fazendas de gado, de acordo com Fausto (1995, p. 84), constituíam as “regiões que se caracterizaram por intensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder de vista, [...] um grande fazendeiro chegava a possuir mais de 1 milhão de hectares”.

A configuração do domínio de terras na região de Minas Gerais foi constituída pelos grandes proprietários, e de outro, gradativamente vê-se a produção familiar dos geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros e outros importantes povos², que configuram o perfil e a formação sócio-geográfico-cultural do espaço mineiro (PORTO-GONÇALVES, 2000).

Em decorrência da hegemonia de terras vivenciada pela dominação latifundiária, os camponeses de diferentes categorias (meeiros, posseiros, parceiros, rendeiros, agregados e assalariados) buscaram-se apoiar o MST, a fim de conquistar um pedaço de terra para morar e trabalhar (FERNANDES, 2000).

A configuração espacial e o diversificado painel regional de Minas Gerais são resultantes de uma heterogeneidade sob os aspectos físicos, econômicos, culturais e sociais carregados de complexidade e potencialidade. Assim, “o território mineiro apresenta diferentes graus de desenvolvimento, dinamismo agrícola e agroindustrial resultantes da intensa modernização ocorrida a partir do final dos anos 1970” (CLEPS JR, 2014, p. 3).

Nestas palavras, Cleps Jr (2014) entende que compreender a questão agrária em Minas Gerais é uma tarefa muito complexa, visto que as regiões que compõem o Estado, além de apresentar grandes diferenças socioespaciais nos aspectos naturais, econômicos, sociais, demográficos, culturais, urbanos e rurais, apresentam também grande diversidade na concepção dos assentamentos que refletem sob a natureza dos conflitos, movimentos de luta e resistência no campo.

² A maior parte dos pequenos povoados do Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia são formados por descendentes de negros e indígenas que se apossaram de terras devolutas e desocupadas. Eles se instalaram ali naturalmente e construíram uma comunidade baseada na cultura de subsistência e colaboração entre os moradores, tão comum nas culturas que lhes deram origem (BRASIL, 2015, p. 3).



Os conflitos e a formação do espaço rural mineiro revelam o processo de ocupação do território, dominado pela força política e pela elite. As desigualdades de terras trazem à tona os latifúndios em exclusão às pequenas propriedades e os trabalhadores rurais sem-terra, bem como, os diversos conflitos agrários e a busca pelos direitos. Para Oliveira (1991, p. 26), “ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifúndios, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas”.

Sobre a luta por terra em Minas Gerais, cita-se, por exemplo, o conflito de Cachoeirinha em Verdelândia que teve início em plena ditadura militar, num cenário de extrema repressão às classes sociais. Os camponeses de Cachoeirinha englobam três gerações de posseiros, que ocuparam a região norte de Minas Gerais desde o início do século XX. Esses posseiros tiveram as terras tomadas por grandes fazendeiros e sofreram constantes ameaças dos latifundiários. Este conflito agrário na região do Cachoeirinha concentra o maior número de áreas de reforma agrária do estado de Minas Gerais.

No embate norte-mineiro sobre essas questões que inquietam a problemática e gestão de conflito por terra, Porto-Gonçalves (2000, p. 24) salienta que “a apropriação da terra na região do Norte de Minas teve as marcas do latifúndio do período colonial. O vale do São Francisco foi palco dos maiores latifúndios da história”.

A estrutura social do território norte-mineiro tem a base do personalismo determinado desde a Península Ibérica, organizada pela sociedade de fazendeiros e camponeses. Esta divisão traz a figura do coronel detentor de grandes fazendas e dos pequenos proprietários, caracterizado, segundo Costa (1997) por sociedade sertaneja.

A sociedade sertaneja foi construída tendo em vista alianças que fizeram entre si grupos diferenciados de atores sociais: por um lado os grandes fazendeiros que se construíram como fator de aglutinação de população dentro e ao redor de suas propriedades; por outro, grupos sitiantes, parceiros e agregados que se organizaram solidariamente entre si através da organização familiar e buscaram, na figura do coronel, a resolução de suas questões (COSTA, 1997, p. 93).

A valorização das comunidades rurais e os sujeitos que habitam no espaço agrário norte mineiro representam a essência das relações sociais e culturais. Assim, é válido ressaltar a importância da manutenção e amparo político das famílias no rural. Contudo, “[...] homens, mulheres e seus pequenos pedaços de terra são estruturalmente cercados por latifúndios, reflorestadoras, mineradoras, grandes criadores de gado e pelas monoculturas de exportação” (CARNEIRO, 1997, p. 19).



Na década de 1970, as terras devolutas foram concedidas para grandes empresas reflorestadoras, o que contribuíram para o aumento do fluxo migratório e para o êxodo rural. O número de proprietários de terras no Norte de Minas produziu a desestruturação da pequena propriedade; paralelamente ao reflorestamento, surgiu a modernização da agropecuária, irrigação, agroindústria, contemplando as grandes unidades produtivas através de projetos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE (PAULA, 2003). Assim, o desmatamento dessas áreas para plantio de monocultura de eucalipto passou a ser disputado por empresas e empreiteiras de carvão (DAYRELL, 2000).

A expansão capitalista com políticas de incentivo e subsídio provocou o rompimento das bases de subsistência da agricultura familiar. Assim, gradativamente as grandes empresas modificaram o modo tradicional das regiões, seja no nível ambiental, socioeconômico ou cultural. Deste modo, as faces eram bastante contraditórias, de um lado, a expansão dos latifúndios e empreendimentos e de outro, a exclusão econômica e social daqueles que lutam pela terra (CARNEIRO, 1997).

A modernização dos latifúndios e a incorporação das pequenas propriedades dentro de grandes áreas agropastoris e de reflorestamento promoveram paulatinamente grandes transformações da estrutura produtiva norte-mineira, e contribuíram para a expulsão do camponês do seu território. Consequentemente, as áreas devolutas, que antes eram ocupadas pelas populações tradicionais, foram invadidas pelas empresas de reflorestamento sobre o processo de grilagem (MOREIRA, 2010).

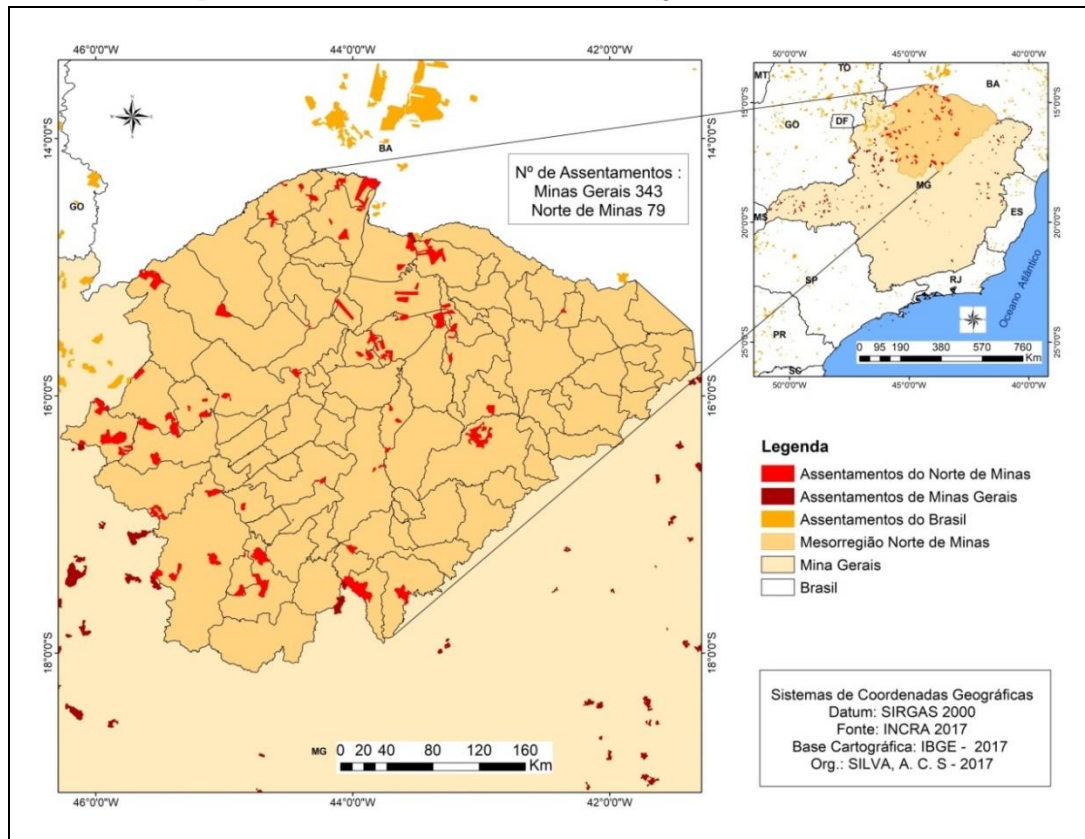
A expansão da fronteira agrícola e a pecuária extensiva trouxeram uma nova configuração para a paisagem norte-mineira, pois esses fatores intensificaram a problemática fundiária, levando a expropriação de povos e comunidades tradicionais (SANTOS et al, 2011). Sobre os conflitos de terras, destacam-se também as lutas indígenas, quilombolas e também as diversidades de comunidades tradicionais presentes no Estado que lutam constantemente pela conquista de territórios.

O modo de vida dos agricultores familiares também é marcado pelo cuidado com a terra e relações cotidianas. A valorização do campo propõe a manutenção das famílias nas pequenas propriedades rurais, contribuindo para os aspectos produtivos, organizacionais, sociais e culturais (FONSECA, 2012).

É válido destacar que os assentamentos representam impactos positivos para mudança da estrutura fundiária e modificação da realidade socioeconômica do Norte de Minas. Assim, o mapa 2 aborda o número de assentamentos disponibilizados pelo banco de dados do acervo fundiário do INCRA (2017).



Mapa 2: Assentamentos rurais da Mesorregião Norte de Minas.



Organização: Ana Cláudia Soares da Silva/2017.

Conforme dados do INCRA (2017), o estado de Minas Gerais possui um total de 343 assentamentos, sendo que 79 programas estão instalados na Mesorregião Norte de Minas. No processo de implantação dos assentamentos pela reforma agrária, a lógica de acesso à terra tem o foco nos movimentos sociais. A distribuição da terra se dá mediante modificação na estrutura fundiária, a fim de amenizar os conflitos, considerando-se os fundamentos de justiça social e renda para o campo.

Os assentamentos rurais são constituídos por ações e estratégias políticas. Nesta conjuntura é importante salientar as diversas modalidades de assentamentos, criadas e reconhecidas pelo INCRA. Os Programas de Assentamentos (PAs) são recortes territoriais que devem ser concretizados a partir de ações de políticas públicas.

As modalidades dos PAs, que seja pelo MST ou pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário representaram uma importante realidade para o espaço rural norte-mineiro. A política de assentamentos contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar, melhoria da qualidade de vida para as famílias e geração de renda. Logo, os assentamentos rurais são territórios distintos com diversidades regionais e especificidades locais.



Considerando a relevância social representada pelos assentamentos rurais nos municípios norte-mineiros³, é importante destacar que a diversidade dos programas e modalidades de assentamentos trouxeram para o espaço rural novas espacialidades e territorialidades distintas.

Os assentamentos rurais representaram novas formas de socialização, saberes, valores simbólicos e culturais de famílias, que migram de diferentes regiões em busca de acesso à terra e nessa trajetória, relações são produzidas e construídas. Deste modo, vale ressaltar que a agricultura familiar para os assentamentos rurais apresenta grandes avanços na participação econômica na vida dos assentados. Sendo assim, a implantação de políticas públicas e a oferta de programas e projetos adequados à realidade física da região são fatores correspondentes para o aumento da produção, valorização e reconhecimento para o homem do campo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a política agrária no Norte de Minas está centrado na demanda da luta por terra, e também pelos enfrentamentos estruturais presente no espaço rural. Diante da questão agrária na região, aponta-se grande precariedade na evolução do número de assentamentos com carência na ampliação de investimentos, visto que há frequentemente inúmeros conflitos por terra espalhados por todo o estado.

Na análise sobre os debates em torno do desenvolvimento do espaço rural, destacam-se os escassos avanços e lutamos por transformações. Para manutenção das famílias no espaço rural, é importante destacar a implantação de políticas públicas, que buscam a valorização da agricultura familiar e ampliação de programas de assentamentos.

Portanto, a mudança da estrutura fundiária vigente requer novas políticas para a reforma agrária, com medidas interventivas de apoio aos assentamentos rurais, através da implementação de infraestrutura adequada, investimento na produção agrícola e assistência social às famílias.

³ O desenvolvimento dos assentamentos na região Norte de Minas com as chamadas políticas públicas destinadas ao cumprimento da reforma agrária, minimizaram os conflitos sociais e contribuíram para geração de renda, uma vez que os lotes se tornaram espaços produtivos com uma policultura rica e diversificada. Desta maneira, os assentamentos rurais apresentam territorialidades e propriedades agrícolas distintas, formado por agricultores familiares que se desenvolveram pela adoção de políticas de apoio, como o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, gerando revalorização para o espaço rural. Os espaços formados através de assentamentos rurais constituem novas formas de socialização e saberes que são acumulados por famílias de diversas culturas, que migram em busca de acesso à terra e nessa trajetória, relações são produzidas (SILVA; FONSECA, 2018).



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. A reforma agrária e os planos regionais. **Bol. de Geografia-UEM**. Ano 5-nº 1, Março, 1987.
- ANDRADES, T. O de; GANIMI, R. N.. Revolução Verde e a apropriação capitalista. In: **Revolução Verde, Agricultura e Capitalismo – O Livro Cinza do Pacote Tecnológico do Agronegócio**. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, 2010, p. 21-31.
- ASSELIN, V. **Grilagem: Corrupção e violência em terras Carajás**. Imperatriz, MA: Ética, 2009. p. 248.
- BRASIL. Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar. **Balço da reforma agrária e da agricultura familiar**. Brasília, 1999. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85505/203902.pdf?sequence=1>> Acesso em: 04 /2018.
- BRASIL. **Estatuto da terra**. Brasília. 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 06/2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07/2017.
- BRASIL. **Movimiento Regional Brasil por la Tierra**. 2015. Disponível em <<https://porlatierra.org/docs/9550893c66a233580621c487ee16ff97.pdf>> acesso em: 06/2018.
- CARNEIRO, G. V. N. F. B.. O lugar e a vida de pequenos produtores. In: **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/ Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais**. SANTOS, G. R. dos; et al (Org.). Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 13-35.
- CARNEIRO, M. de F. B.. O regionalismo mineiro. **Caderno Geográfico do Departamento de GeoCiências da Unimontes Montes Claros**, v. 1, n. 3, p. 31-35, 1999.
- CHIAVENATO, J. J. **Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária**. São Paulo. Ed. Moderna. 3ª Edição. 1996.
- CLEPS JR, J. Disputas territoriais, reforma agrária e política de criação de assentamentos rurais em Minas Gerais: conjuntura e diversidade dos conflitos no campo e da Reforma Agrária. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-18, jun. 2014.
- COSTA, J. B. de A. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, G. R. dos; et al. (Orgs.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/ Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 77-97.
- DAYRELL, C. A. Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. LUZ, Cláudia; DAYREL, Carlos (Orgs). Montes Claros: CAA-NM, 2000.p. 189-272.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. Edusp, São Paulo, 1995.
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.



FONSECA, A. I. A. Agricultura familiar como sustentabilidade: estudo de caso do Planalto Rural de Montes Claros - MG. 2012. 181 f. **Tese (Doutorado)** - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. 2012.

FONSECA, A. I. A. A Organização do Espaço Geográfico no Município de Claro dos Poções - MG, Ano de Obtenção. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil. 2003.

FURTADO, C. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE (2010). **Cidades e Estados**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>>. Acesso em: 05/2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA **Assentamentos**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 05/2017.

MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre. Editora de UFRGS, 2003.

MOREIRA, H. F. “Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. 129p. **Dissertação** (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. In: STÉDILE, J. P. (Org.) São Paulo. Expressão popular. v. 6, 2013.

PAULA, A. M. N. R. de. Vidas Secas: sertanejos migrantes e a dinâmica do mercado de trabalho no Norte de Minas Gerais. In: RODRIGUES, L; MAIA, C.. (Orgs.). **Cerrado em Perspectiva(s)**. Montes Claros (MG): Editora Unimontes, 2003, v. 1, p. 09-148.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C.; DAYREL, C (Orgs.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. Montes Claros: CAA-NM, 2000. 307 p.19-45.

PRADO JR, C. A questão agrária e a revolução brasileira – 1960. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAN, D. (Orgs.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500-1960**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

RIBEIRO, R. F. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, C.; DAYREL, C.. (Orgs.) **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Encontro Nacional da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais. Montes Claros: CAA-NM, 2000. p. 47-106.



SANTOS, E. V.; et al. Socioterritorialidade: a inter-relação cultura-território-educação do campo. In: FERREIRA, D. A. de O., FERREIRA, E. R.; MAIA, A. C. (Orgs.). **Estudos Agrários**: a complexidade de rural contemporâneo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p.77-95.

SILVA, A. C. S. FONSECA, A. I. A.; Assentamento Rural e Agricultura Familiar: um Desenvolvimento Pautado Nas Políticas Públicas. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 43, n. 1, Especial - **VI Encontro REA**, p. 65-73, jan./abr. 2018.

SILVA, J. G. da. **A reforma agrária no Brasil**: frustrações camponesas ou instrumento de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1971.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1980.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

VEZZALI, J. **Avanço da soja eleva risco de contaminação de trabalhadores no Piauí**. Carta Maior, São Paulo, 08 jun. 2006. Disponível em: < <https://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-carao-brasil/>> Acesso em: 05/2020.